

**CONTRATO CEDAE N.º 171/2018
(DP) que entre si celebram a
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS
E ESGOTOS (CEDAE) e a TAUNAY E
ROCHA ADVOGADOS.**

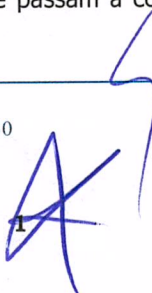
A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655 – Cidade Nova – CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato por meio de seu Diretor Presidente, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, e de seu Diretor Administrativo e de Relações com Investidores, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, doravante denominada **CEDAE**, e o escritório de advocacia **TAUNAY E ROCHA ADVOGADOS**, com sede na Rua Araújo Porto Alegre, 36, 7º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 31.246.333/0001-29, neste ato representado por seu Sócio Patrimonial, Sr. **LUIZ ALFREDO ARANHA D' ESCRAGNOLLE TAUNAY**, inscrito na OAB/RJ sob o n.º 81.852, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato com fundamento no **Processo Administrativo E-07/100.857/2018**, mediante dispensa de licitação (**DL n. 007/2018 – DP**), com fundamento no art. 29, inciso XV da Lei 13.303/2016 e artigo 147 e seguintes do RILC (Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE), pela qual se regerá, bem como pelos preceitos de direito privado e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

A presente contratação tem por objeto a “**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADVOCACIA NA ÁREA CÍVEL**”, obedecendo aos itens, subitens previstos nos documentos anexos a este contrato, conforme aprovado em REDIR datada de 30 de Novembro de 2018, inserida às fls. 1.024 do referido processo administrativo de referência.

Parágrafo Primeiro - Inserem-se no escopo desta contratação os serviços técnicos de advocacia para o patrocínio, sem exclusividade, de processos judiciais de natureza cível em trâmite nas Varas de Fazenda Pública, Varas Cíveis, Varas Empresariais da Justiça Estadual, bem como as da Justiça Federal, até o final da execução, em ações principais, acessórias, preventivas ou incidentais, bem como de outras ações ou medidas judiciais que eventualmente venham a ser ajuizadas em face da CEDAE ou que necessitem ser ajuizadas em seu favor e, ainda, de todas as medidas administrativas perante o Poder Judiciário que se façam necessárias dentro do período da contratação.

Parágrafo Segundo - O Termo de Referência (anexo I), o Acordo de Nível de Serviços (anexo II) e a proposta da **CONTRATADA**, autuada às fls. 878 a 883 do Processo Administrativo n.º. **E-07/100.857/2018**, obrigam a **CONTRATADA** e passam a compor o presente instrumento, embora não transcritos.



CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

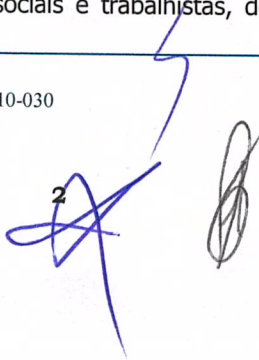
- a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos pertinentes à execução do contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato; e
- d) aceitar provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas aqui definidas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além daquelas previstas nos Anexos I e II deste contrato:

- a) conduzir os serviços de acordo com as normas técnicas e legislação em vigor;
- b) abster-se de transmitir a terceiros qualquer informação ou documento de que tenha conhecimento ou posse em razão destes serviços, orientando seus funcionários sobre a impossibilidade de concederem entrevistas faladas ou escritas em nome da CEDAE, salvo se expressamente autorizados por esta;
- c) providenciar todos os documentos necessários para que seu pessoal possa executar legalmente os serviços especificados neste Contrato;
- d) manter-se em compatibilidade com as condições de habilitação inicialmente exigidas para esta contratação;
- e) prestar, sem quaisquer ônus, os serviços necessários à correção das falhas verificadas na execução dos serviços, responsabilizando-se, perante terceiros e CEDAE, pelos prejuízos decorrentes;
- f) providenciar, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por Lei, cuja vigência deverá observar o recebimento definitivo do objeto;
- g) enviar representante, sempre que solicitado, para examinar e prestar esclarecimentos relacionados a problemas verificados com a execução do objeto contratado; caso em que sua convocação será feita com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas;
- h) manter a **CEDAE** informada sobre o desenvolvimento dos serviços;
- i) cumprir todas as obrigações e encargos, sociais e trabalhistas, decorrentes da prestação de seus serviços; e

2



j) Demonstrar, apenas se possuir empregados alocados a este contrato e em quantidade superior a 100 (cem), o cumprimento do regime de quotas previsto na Lei Federal n. 8.213/1991 e Lei Estadual n. 7.258/2016, observando os seguintes quantitativos: (1) até 200 empregados = 2%; (2) de 201 a 500 empregados = 3%; (3) de 501 a 1.000 empregados = 4%; e (4) de 1.001 em diante = 5%.

CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato será de **180 (cento e oitenta) dias** contados da data indicada na Ordem de Início, que poderá ser emitida pela **CEDAE** após a assinatura deste contrato.

Parágrafo Único - A CONTRATADA se declara ciente e de acordo com o fato de que esta contratação poderá ser rescindida unilateralmente pela **CEDAE** tão logo se conclua o procedimento licitatório já iniciado para o mesmo objeto; caso em que será pago somente aquilo que houver sido executado, sem qualquer indenização por perdas e danos.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias relativas ao exercício financeiro de 2018, assim classificadas:

Conta Contábil: 411110304
Programa de Trabalho: 2200022016
Código Orçamentário: 33903982
Fonte de Recursos: 10
Reserva Orçamentária: 2018001306

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

A presente contratação será realizada sob o regime de empreitada por preço unitário, sendo o seu valor total estimado em **R\$ 3.843.369,24 (três milhões, oitocentos e quarenta e três mil, trezentos e sessenta e nove reais e vinte e quatro centavos)**, pagando-se por cada processo distribuído ao patrocínio da contratada o valor de **R\$ 57,62 (cinquenta e sete reais e sessenta e dois centavos)**.

Parágrafo Primeiro – O preço ajustado nesta Cláusula inclui o lucro e todos os custos e tributos dos serviços, sejam estes diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa, ainda que não prevista textualmente neste Contrato; inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.

Parágrafo Segundo - Os valores referentes aos depósitos e às custas judiciais pagas por meio de DARF'S, GRU'S e GRERJ'S serão custeados diretamente pela CEDAE quando tais documentos forem

enviados no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas úteis, ou reembolsados quando pagos diretamente pelo Escritório na inobservância do prazo ou por outra causa qualquer. Demais pagamentos e prazos se encontram definidos no Anexo I.

Parágrafo Terceiro - Os Escritórios farão jus a 50% (cinquenta por cento) aos honorários de sucumbência nas ações que estiverem sob seu patrocínio, em que a CEDAE restar vencedora. Os outros 50% (cinquenta por cento) serão da CEDAE.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas neste instrumento, no termo de referência e na legislação vigente, especialmente aquelas relacionadas à execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, conservação, aplicação de penalidades, rescisão de contratos e pagamentos, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial dos serviços.

Parágrafo Primeiro - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por uma comissão constituída de 3 (três) membros devidamente habilitados.

Parágrafo Segundo - É facultado à **CEDAE** exercer ampla fiscalização sobre os serviços objeto do presente contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a **CONTRATADA** prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso, em qualquer fase, época e local onde se processem tarefas relacionadas com o desenvolvimento dos serviços.

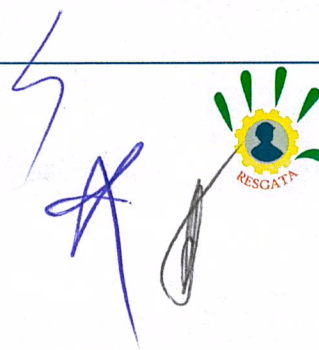
Parágrafo Terceiro - A **CONTRATADA** deverá refazer aquilo que for rejeitado, obedecendo às determinações da Comissão de Fiscalização.

Parágrafo Quarto - O representante da **CEDAE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Parágrafo Quinto - A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações necessários.

Parágrafo Sexto - A fiscalização do serviço pela **CEDAE** não excluirá ou atenuará a responsabilidade da **CONTRATADA** quanto à qualidade dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais, nem a eximirá de manter fiscalização própria.

Parágrafo Sétimo - Quando existirem empregados alocados à contratação, os mesmos deverão trabalhar com Equipamento de Proteção Individual (EPI) adequado ao tipo do serviço que será desenvolvido. A Fiscalização poderá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem



protegidos. O ônus da paralisação correrá por conta da **CONTRATADA**, mantendo-se inalterado o prazo de execução dos serviços.

Parágrafo Oitavo – Quando aplicável, proceder-se-á à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea "j" da cláusula terceira, realizando-se a verificação do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** será responsabilizada pelos danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, a título de dolo ou culpa, quando decorrentes da execução deste contrato; não se eximindo dessa responsabilidade pela fiscalização da **CEDAE**.

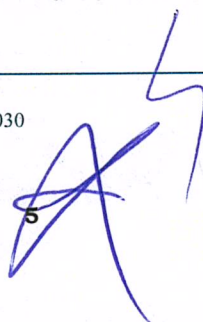
Parágrafo Primeiro – A **CONTRATADA** será a única responsável pelos encargos trabalhistas (inclusive os decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas), previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

Parágrafo Segundo – Quando houver mão de obra alocada a esta contratação, a **CONTRATADA** se obrigará a cumprir as determinações da Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214, de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.

Parágrafo Terceiro - Mensalmente, juntamente com a fatura/nota fiscal dos serviços, deverão ser apresentados os seguintes comprovantes para o processamento dos pagamentos:

- a. medição/detalhamento do serviço prestado;
- b. declaração de que se encontra cumprindo o regime de quotas da Lei Estadual n. 7.258/2016; exigível somente quando a **CONTRATADA** estiver enquadrada na situação prevista na cláusula terceira, letra "j", deste instrumento; e
- c. declaração de que se encontra em dia com o pagamento das verbas salariais, de FGTS e INSS, exigível apenas quando houver previsão de pessoal destacado à execução do serviço, mesmo que em caráter eventual, nas dependências da CEDAE.

Parágrafo Quarto - A ausência de qualquer dos documentos mencionados no parágrafo anterior impedirá a obtenção do recibo de adimplemento, conforme art. 191 do RILC, e importará em notificação à **CONTRATADA** para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia e efetuar o cumprimento destas obrigações.



Parágrafo Quinto - Expirado o prazo constante do parágrafo acima sem que tenham sido tomadas as providências cabíveis, ou sendo rejeitados os argumentos apresentados em defesa pela **CONTRATADA**, será aplicada a ela penalidade de advertência. Permanecendo a inadimplência total ou parcial em virtude de ausência de qualquer dos documentos referidos, o contrato poderá ser rescindido com a aplicação da penalidade de suspensão prevista no item "iii" do parágrafo quinto da cláusula décima terceira.

Parágrafo Sexto - Todos os documentos mencionados nesta cláusula ficarão autuados no processo administrativo referente à contratação, bem como no processo de prestação de contas que deverá ser aberto em virtude da OS "E" nº 14.695/2017.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A **CEDAE** pagará mensalmente à **CONTRATADA** o valor dos serviços executados no período, observando, como limite, os valores reservados para esta contratação.

Parágrafo Primeiro - Os pagamentos devidos em decorrência da execução do objeto deste contrato serão efetuados mediante crédito em conta bancária indicada pela **CONTRATADA** no banco **BRADESCO**, ficando autorizada a indicação de outra conta somente quando justificada tal impossibilidade.

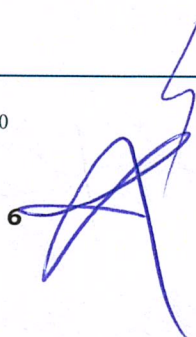
Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** emitirá as faturas/notas fiscais de seus serviços ao final de cada período de 30 (trinta) dias, cujos percentuais se limitarão aos valores reservados para esta contratação.

Parágrafo Terceiro - Os pagamentos à **CONTRATADA** serão feitos no prazo de até 30 (trinta) dias contados de cada período de adimplemento, assim considerado o cumprimento da etapa/parcela do serviço acompanhado da nota fiscal/fatura e da documentação mencionada na cláusula oitava. O adimplemento será confirmado por meio de recibo, nos termos da Ordem de Serviço n. 14.693/2017 e do art. 191 do RILC.

Parágrafo Quarto - De posse da documentação apresentada, a Comissão de Fiscalização, composta por 3 membros especialmente designados para esta contratação, atestará mensalmente (utilizando a forma prevista no art. 90, §3º da Lei Estadual n. 287/1979) a documentação e a qualidade do(s) serviço(s) desenvolvido(s) pela **CONTRATADA**, o que será feito como condição à realização do(s) pagamento(s) devido(s).

Parágrafo Quinto - A verificação de qualquer irregularidade no(s) serviço(s) prestado(s) ou na documentação encaminhada (ver cláusula oitava) impedirá a concessão do atesto, ficando consequentemente suspenso o prazo para pagamento, que somente voltará a correr após a solução do problema apontado.

6



Parágrafo Sexto – A suspensão do prazo para pagamento será efetuada na data em que ocorrer a notificação da **CONTRATADA** a respeito da irregularidade verificada, podendo se dar de forma simplificada, por e-mail.

Parágrafo Sétimo – Caso se faça necessário, a Comissão de Fiscalização, mensalmente, até o dia 30 (trinta) de cada mês, estabelecerá de comum acordo com a **CONTRATADA** a programação dos serviços que deverão ser realizados no mês seguinte, tendo por base as metas do cronograma físico-financeiro contratual e as necessidades dos serviços.

Parágrafo Oitavo– A **CEDAE** não se responsabilizará pelo pagamento de faturas de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo as expressamente determinadas pela Fiscalização.

Parágrafo Nono– Quando a contratação envolver alocação de mão de obra, a **CEDAE** poderá utilizar os créditos da **CONTRATADA** para efetuar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas e previdenciárias devidas por ela a seus empregados, fazendo-o diretamente ou por meio de aprovisionamento em conta vinculada, na forma prevista no art. 19-a, I, da IN/SLTI/MP 2/2008, com redação dada pela IN/SLTI/MP 6/2013, quando não for possível a realização dos pagamentos diretamente pela CEDAE.

Parágrafo Décimo - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, por culpa exclusiva da **CEDAE**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata die"; e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato serão feitos mediante desconto de 2% (dois por cento) ao mês, também calculados "pro rata die". **Os juros e a atualização previstos neste parágrafo não correrão durante o período de suspensão do prazo para pagamento.**

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE

A **CONTRATADA** declara-se ciente e de acordo com o fato de que os preços previstos nesta contratação serão **fixos e irrevogáveis** durante todo o contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá prestar garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no §1º do art. 70 da Lei 13.303/16.

Parágrafo Primeiro - O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da CEDAE, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do instrumento.

Parágrafo Segundo - A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).

Parágrafo Terceiro - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

Parágrafo Quarto - A garantia que vier a ser prestada na modalidade de seguro ou de fiança bancária deverá ser firmada de modo a abranger todos os prejuízos resultantes da execução deste contrato, decorrentes de conduta dolosa ou culposa da CONTRATADA, incluindo as multas pecuniárias aplicadas pela CEDAE.

Parágrafo Quinto - Se da contratação resultar a transferência da posse direta de bens da CEDAE à CONTRATADA, em valor total superior a **R\$ 1.000,000,00 (um milhão de reais)**, será exigido, ainda, o **seguro multirriscos básico**, que conterà as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total destes bens.

Parágrafo Sexto - A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à CONTRATADA formular tal solicitação.

Parágrafo Sétimo - A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo Oitavo - A **CONTRATADA** se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a CONTRATADA desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.

Parágrafo Nono - Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e/ou de rescisão administrativa do contrato.



Parágrafo Décimo - A garantia que for prestada na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme modelo constante do Anexo VII da OS n. 14.927/2017.

Parágrafo Décimo-Primeiro - O atraso da **CONTRATADA** em prestar ou revalidar a garantia autorizará a CEDAE a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.

Parágrafo Décimo-Segundo - O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

Parágrafo Décimo-Terceiro - A **CEDAE** se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação nos serviços contratados.

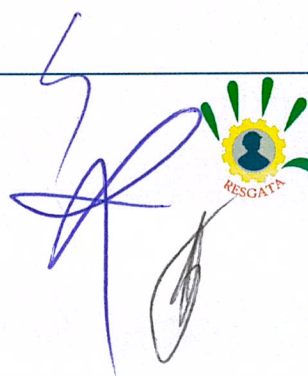
CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual sujeitarão a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que lhe couber, às penalidades seguintes:

- a) advertência;
- b) multa administrativa; e
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a CEDAE por prazo não superior a 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

Parágrafo Segundo - A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" do caput desta cláusula, serão impostas pelo Diretor responsável, na forma do art. 21, §1º, do Procedimento de aplicação de sanções da CEDAE.



Parágrafo Terceiro - A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CEDAE, previstos na alínea "c" do caput desta cláusula, será imposta pelo Diretor Presidente desta Companhia, na forma do art. 21, parágrafo terceiro, do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE.

Parágrafo Quarto - A multa administrativa, prevista na alínea "b" do caput, será aplicada à CONTRATADA pelo descumprimento de suas obrigações acessórias, observando o que segue:

- i) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento), aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas **não** executadas;
- ii) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- iii) O somatório das multas administrativas deverá observar o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.
- iv) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade; e
- v) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso, com a multa rescisória e com a multa prevista na cláusula vigésima segunda, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa.

Parágrafo Quinto - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput desta cláusula, será aplicada conforme as disposições do art. 9º do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE, observando o seguinte:

- i) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- ii) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito deste valor no prazo devido;
- iii) Será aplicada pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de não apresentação da documentação prevista na cláusula oitava.

Parágrafo Sexto - A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da **CEDAE**, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.

Parágrafo Sétimo - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora por dia útil que exceder ao prazo estipulado, conforme percentuais abaixo:



a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso; e

b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, até o limite máximo de 20%.

Parágrafo Oitavo - As multas porventura aplicadas serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**; ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

Parágrafo Nono - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação de defesa.

I) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo Décimo - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

Parágrafo Décimo Primeiro - Todas as multas previstas neste contrato, incluindo a rescisória e a prevista na cláusula vigésima segunda, serão somadas quando aplicadas cumulativamente, e terão como limite seus respectivos percentuais máximos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão com as consequências cabíveis.

Parágrafo Primeiro - A rescisão contratual poderá ocorrer por:

- I - ato unilateral e escrito, quando verificada a ocorrência de qualquer das situações descritas no art. 222 do RILC;
- II- acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de contratação, desde que seja vantajoso à CEDAE; ou
- III – decisão judicial ou arbitral.

Parágrafo Segundo - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo administrativo que ensejou a contratação, sendo assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e ampla defesa.



Parágrafo Terceiro - Quando a rescisão ocorrer por interesse exclusivo da CEDAE, sem que haja culpa da CONTRATADA, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido.

Parágrafo Quarto - A rescisão por ato unilateral da CEDAE, quando justificada no descumprimento de obrigações contratuais por parte da CONTRATADA, acarretará a aplicação de multa rescisória, no percentual de 10% (dez por cento) calculada sobre o saldo reajustado do contrato, bem como a execução da garantia contratual e/ou a utilização dos créditos decorrentes do próprio contrato.

Parágrafo Quinto - A CEDAE se reserva ao direito de cobrar indenização suplementar em juízo se ficar constatado que o prejuízo causado foi superior ao valor da multa rescisória aplicada, conforme autorização contida no art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.

Parágrafo Sexto - A rescisão contratual por acordo entre as partes será da competência da autoridade referida no art. 25 do RILC; enquanto a rescisão unilateral ficará a cargo do Diretor responsável pela contratação, conforme art. 15 do Procedimento Interno de Sanções da CEDAE.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA: CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, deverá comunicar o fato de imediato à Fiscalização da **CEDAE** e ratificar por escrito a comunicação, informando os efeitos danosos do evento.

Parágrafo Único - Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a **CONTRATADA** ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação da **CEDAE** em remunerá-las.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, formalizado por meio de Termo Aditivo, com observância do disposto nos art. 209 a 211 do RILC.

Parágrafo Primeiro - As alterações que se fizerem necessárias nas quantidades ou qualidade do serviço contratado deverão observar os limites do §1º do art. 81 da Lei 13.303/2016.

Parágrafo Segundo - Quando a contratação trouxer previsão de matriz de risco haverá impedimento para a celebração de aditivo decorrente dos eventos ali previstos como de responsabilidade da **CONTRATADA**, conforme art. 196, §2º do RILC.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA: DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSÃO



O atraso, a tolerância ou a omissão da **CEDAE** no exercício de suas prerrogativas jamais ensejará a modificação automática das cláusulas avençadas, não sugerindo qualquer renúncia de direitos por parte desta, que poderá exercê-los a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

Parágrafo Único – Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a Juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA: DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos conforme disposto na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA

Aceitação Provisória ocorrerá ao término de cada exercício financeiro, mediante emissão de PARECER CIRCUNSTANCIADO PARA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA (doc. ref. ANEXO VI da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), que será assinado pelas partes atestando o cumprimento de todas as cláusulas contratuais.

Parágrafo Primeiro – A competência para a emissão do PARECER CIRCUNSTANCIADO PARA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA será da Comissão de Fiscalização do Contrato, não se exigindo da **CONTRATADA** a comunicação acerca da entrega dos resultados dos serviços executados.

Parágrafo Segundo - Se a Comissão de Fiscalização do Contrato vier a constatar alguma incorreção nos serviços executados, deverá relatá-la no citado parecer e encaminhar uma cópia deste ao Gerente do Contrato, para adoção das providências necessárias.

Parágrafo Terceiro - O prazo para elaboração do parecer circunstanciado em questão será de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada exercício financeiro.

Parágrafo Quarto – Somente no último mês/etapa/parcela de execução do Contrato é que a Comissão de Fiscalização e o Gerente do Contrato deverão obedecer ao procedimento necessário à emissão do **TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA** (doc. Ref. ANEXO I da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), abaixo descrito:

- (I) A **CONTRATADA** deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter sua posse transferida ou o resultado



dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.

- (II) As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e encaminhada à **CEDAE**, juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e com os documentos exigidos para realização do pagamento. O Representante da **CEDAE** não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento do último mês/etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.
- (III) Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão do último mês/etapa/parcela a **CONTRATADA** se omitir ou se recusar a realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado, ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de suas obrigações e da consequente suspensão do prazo para pagamento.
- (IV) Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar por meio de carta redigida em papel timbrado quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente à última fatura ficará suspenso.
- (V) A obrigação será considerada adimplida pelo cumprimento da etapa/parcela acompanhada dos documentos exigidos neste contrato para a realização do correspondente pagamento.
- (VI) O representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à **CONTRATADA** recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.
- (VII) De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega do recibo à **CONTRATADA**, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive o atesto da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da última fatura pela Comissão de Fiscalização.
- (VIII) A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.
- (IX) Caberá à Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto no último mês/etapa/parcela dos serviços, e deverão ser registradas no processo.



- (X) O procedimento mencionado acima poderá ser dispensado quando a contratação não ultrapassar o valor total de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), ou quando se referir a serviços técnicos profissionais listados no art. 30, inciso II da Lei 13.303/2016, casos em que será substituído pela emissão de simples "recibo", conforme autorização contida nos itens 1.2.7 e 1.2.7.1 da Ordem de Serviço n. 14.693/2017.

Parágrafo Quinto– A Comissão de Fiscalização deverá fornecer à **CONTRATADA**, se por ela solicitado, a Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que disciplina o recebimento provisório e definitivo nos contratos da CEDAE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA: DA ACEITAÇÃO DEFINITIVA DOS SERVIÇOS

O serviço executado será recebido definitivamente ao final do contrato, da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro – A aceitação definitiva do objeto pactuado será feita por meio de Comissão especificamente nomeada para este fim, mediante emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA (doc. Ref. ANEXO VII da Ordem de Serviço n. 14.693/2017).

Parágrafo Segundo – A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta), solicitará à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

Parágrafo Terceiro – De igual modo, a **CONTRATADA** deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

Parágrafo Quarto– No caso de omissão ou recusa da **CONTRATADA** em solicitar à **CEDAE** a aceitação definitiva do objeto contratado, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de se manifestar pela efetiva solicitação em, no máximo, 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da notificação.

Parágrafo Quinto– Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do contrato reterá a garantia contratual, se houver.

Parágrafo Sexto– Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Sétimo– A inobservância do parágrafo anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA – DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE – LEI ESTADUAL 7.753/2017



Parágrafo Primeiro - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) de qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

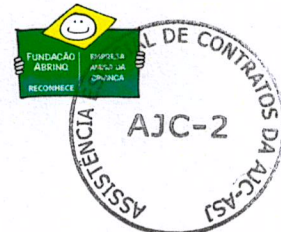
Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o **Código de Ética e Conduta da CEDAE**, presente no link www.cedae.com.br/governancacorporativa.

Parágrafo Terceiro - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

Parágrafo Quarto - A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

Parágrafo Quinto - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "*conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública*".

Parágrafo Sexto - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e



cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

Parágrafo Sétimo - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

Parágrafo Oitavo - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

Parágrafo Nono - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

Parágrafo Décimo - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

Parágrafo Décimo-Primeiro - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

Parágrafo Décimo-Segundo - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

Parágrafo Décimo-Terceiro - As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."

Parágrafo Décimo-Quarto - A prática de atos de contra a Administração Pública Estadual sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013, na forma do Decreto Estadual nº. 46.366/2018.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-TERCEIRA: ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS

Visando medir a qualidade e a eficiência dos serviços prestados, fica estabelecido o Acordo de Nível de Serviços, previsto na forma do **Anexo II**, que define as condições essenciais para a execução do objeto



contratado e a forma pela qual ele será medido, controlado e acompanhado pela CEDAE durante o período da contratação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUARTA: DA PUBLICAÇÃO

O extrato desta contratação será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de mera publicidade, e posteriormente divulgado no sítio eletrônico da **CEDAE**.

Parágrafo Único - Após a publicação no Diário Oficial, deverá ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 280/2017 para o envio das informações nos casos exigidos.

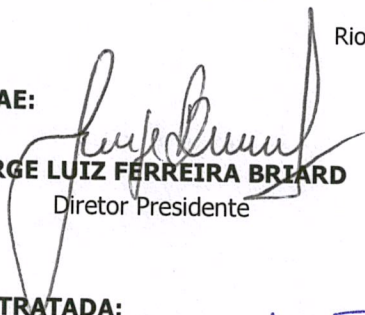
CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUINTA: DO FORO DE ELEIÇÃO

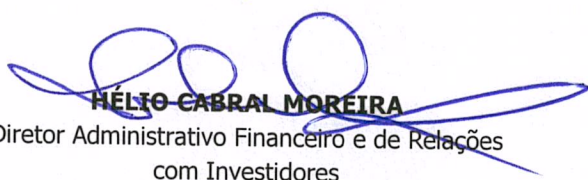
Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 2018.

Pela **CEDAE**:


JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor Presidente


HELTO CABRAL MOREIRA
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações
com Investidores

Pela **CONTRATADA**:


LUIZ ALFREDO ARANHA D' ESCRAGNOLLE TAUNAY
Sócio Patrimonial

TESTEMUNHAS:

Ref. Contr-TAUNAY-E-ROCHA-civel-DL-007/2018-DP

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO

Constitui objeto da presente contratação a prestação de serviços técnicos de advocacia para o patrocínio, sem exclusividade, de processos judiciais de natureza cível em trâmite nas Varas de Fazenda Pública, Varas Cíveis, Varas Empresariais da Justiça Estadual, bem como as da Justiça Federal, até o final da execução, em ações principais, acessórias, preventivas ou incidentais, bem como de outras ações ou medidas judiciais que eventualmente venham a ser ajuizadas em face da CEDAE ou que necessitem ser ajuizadas em seu favor e, ainda, de todas as medidas administrativas perante o Poder Judiciário que se façam necessárias dentro do período da contratação, a ser feita no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Serão contratados, para a execução dos serviços, 2 (dois) escritórios, sendo que a distribuição dos processos em curso se dará na proporção de 50% para cada escritório, sem prejuízo, contudo, de que a distribuição obedeça critérios estabelecidos pela Comissão de Fiscalização a ser nomeada pela Companhia, considerando a análise de melhor conveniência para distribuição dos processos, limitada a diferença quantitativa de acervo ao percentual de 10% (dez por cento) do total do acervo. O acervo de demandas de natureza cível da CEDAE conta, atualmente, com aproximadamente 21.000 (vinte e um mil) processos.

As novas demandas ajuizadas em face da CEDAE, ou que venham a ser por ela intentadas, serão distribuídas de forma proporcional aos novos escritórios, observando-se predominantemente o quantitativo de processos de cada um dos escritórios, com vistas a manter uniformidade em relação ao quantitativo de cada um, sem prejuízo de que a distribuição obedeça a critérios estabelecidos pela Comissão de Fiscalização a ser nomeada pela Companhia, com base na análise de melhor conveniência, a ser balizada pelo desempenho dos contratados no acordo de nível de serviço para distribuição dos serviços, limitada a diferença em números de processo a 10% do total de acervo cabível a cada contratado.

2 – JUSTIFICATIVA

O contrato vigente, oriundo da CN 202/2010 terá termo em 02/12/2018, considerando as regulares prorrogações, não sendo possível a conclusão da CN 201/2018 em tempo hábil, após sucessivos adiamentos determinados pelo TCE, sendo o ultimo em 16/10/2018, **sendo necessária a realização de nova contratação emergencial, de modo que a CEDAE não fique sem representação judicial adequada em seus processos, o que geraria grandes danos para a companhia.**



Portanto, diante da proximidade do término do prazo dos contratos atualmente em curso, faz-se necessária a contratação emergencial de serviços especializados de advocacia para o patrocínio, sem exclusividade, de processos judiciais de natureza cível em trâmite nas Varas de Fazenda Pública, Varas Cíveis, Varas Empresariais da Justiça Estadual, bem como as da Justiça Federal. Tais serviços tem natureza contínua e não podem ser exercidos e/ou absorvidos pelo jurídico interno considerando o quantitativo de processos em curso e novas demandas distribuídas envolvendo a Companhia. Trata-se de serviço de natureza contínua.

3- ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

Os escritórios de advocacia Contratados deverão prestar os seguintes serviços:

- Acompanhamento e defesa em processos judiciais cíveis, compreendendo todas as causas antigas e as que vierem a ser recebidas, as quais terão seu trâmite perante as Varas de Fazenda Pública, Varas Cíveis, Varas Empresariais da Justiça Estadual, bem como as da Justiça Federal, estando incluídas, não exaustivamente, Ações Ordinárias, Medidas Cautelares, Ações Consignatórias, Ações Rescisórias, Mandados de Segurança, Ações Populares e Ações Cíveis Públicas, assim como todos os incidentes processuais decorrentes (recursos, embargos, impugnações e exceções);
- Acompanhamento de recursos junto aos Tribunais Superiores, com a realização de sustentação oral nos recursos onde a mesma seja possível, o que significa que o escritório deverá manter representação em Brasília;
- Elaboração de peças processuais necessárias à defesa dos interesses da CEDAE em juízo, tais como contestações, exceções, reconvenções, impugnações ao cumprimento de Sentença, Embargos à Execução, cumprimento aos prazos judiciais, realização de audiências e sustentações orais;
- Promoção de novas ações que se repute necessárias à proteção dos direitos da CEDAE;
- Elaboração de relatórios de contingência, de êxito, de acordos celebrados, de andamento processual, planilhas de penhora, assim como demais relatórios que forem demandados pela Assessoria Jurídica, por qualquer Diretoria da Companhia ou por órgão fiscalizador da administração pública;
- Elaboração e envio de pautas de audiências e folhas de controle de prazo no padrão fornecido pela Comissão de fiscalização com a antecedência mínima por ela indicada;
- Alimentação das informações junto ao gerenciador processual, sob orientação da Assessoria Jurídica de Contencioso Cível.
- A contratação ora pretendida englobará não apenas os processos em andamento, mas também o acompanhamento dos novos processos, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.
- O valor da contratação, configuradas em preço por processo, por mês, deverá abranger a totalidade dos serviços acima descritos. **Ressalte-se que o preço deverá levar em consideração possíveis gastos com locomoção, cópias e transporte no Estado do Rio de Janeiro.**



ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Item	Código IFS	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VL UNIT	VI. total
	2110180008	CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA	*	1	R\$ 57,62	R\$ 57,62

4- TIPO DE CONTRATAÇÃO E REGIME/FORMA DE EXECUÇÃO/FORNECIMENTO:

4.1. SERVIÇO:

4.1.2. De natureza contínua;

4.1.3. Sem mão de obra alocada;

4.1.4. Regime de execução por preço unitário;

O regime de contratação será por preço unitário, por processo. Os preços ofertados deverão levar em consideração possíveis gastos com locomoção, transporte em todo território nacional.

Os valores referentes a depósitos e às custas judiciais pagas por meio de DARF'S, GRU'S e GRERJ'S serão custeados diretamente pela CEDAE se enviadas no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas úteis ou reembolsados quando pagos pelo Escritório na inobservância do prazo, ou reembolsados, excepcionalmente, quando pagos pelos Escritórios.

Os Escritórios farão jus a 50% (cinquenta por cento) aos honorários de sucumbência nas ações que estiverem sob seu patrocínio, em que a CEDAE restar vencedora. Os outros 50% (cinquenta por cento) serão da CEDAE.

Os Escritórios contratados deverão encaminhar à ACC-ASJ relatório mensal, em duas vias, na data da apresentação da fatura, com a relação dos processos em curso e demais dados pertinentes. Além disso, será necessário incluir, no software gerenciador utilizado pela CEDAE, todas as peças processuais protocolizadas nos processos judiciais e administrativos.

A CEDAE se obriga a fornecer aos escritórios toda e qualquer informação e documentos referentes às questões de fato pertinentes aos processos judiciais, sem prejuízo da matéria processual amparada na doutrina, legislação e jurisprudência a ser desenvolvida pelos escritórios.

Os escritórios a serem contratados deverão proceder ao acompanhamento informatizado dos processos sob seu patrocínio.

Os recursos cabíveis, em tese, contra as decisões desfavoráveis à CEDAE, deverão ser sempre interpostos, salvo se forem expressamente dispensados pela ACC-ASJ. As solicitações de acordo ou desistência das ações deverão ser submetidas à CEDAE.

As despesas processuais, preparo, custas e emolumentos em processos judiciais, que os Escritórios vierem a suportar em decorrência do contrato a ser firmado, serão pagas diretamente pela



CEDAE. Para tanto, deverá o escritório enviar requisição, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas úteis após a publicação ou do recebimento do mandado de intimação.

Caso a CEDAE não providencie o pagamento citado em até 48 (quarenta e oito) horas antes do termo final, os escritórios contratados deverão adiantá-lo, sendo certo que esse montante será reembolsado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis a contar da data de sua solicitação.

Nos julgamentos realizados nos Tribunais Superiores a CEDAE deverá ser consultada sobre a conveniência de sustentação oral e/ou entrega de memoriais, sendo certo que somente serão reembolsadas as despesas de viagem devidamente autorizadas.

Os editais de notificação e de citação deverão ser encaminhados à CEDAE até 48 (quarenta e oito) horas após a data de sua expedição, para que sua publicação possa ser viabilizada. As citações e intimações recebidas pela CEDAE deverão ser encaminhadas em 24 horas aos Escritórios por meio de protocolo.

A Procuradoria Geral do Estado, na qualidade de órgão Central do Sistema Jurídico Estadual, poderá supervisionar a prestação de serviço pelos escritórios que forem contratados, relativamente à defesa dos interesses da CEDAE em juízo, o que eventualmente será feito por intermédio da Assessoria Jurídica da CEDAE.

Os cálculos vinculados às demandas judiciais serão elaborados pela CEDAE.

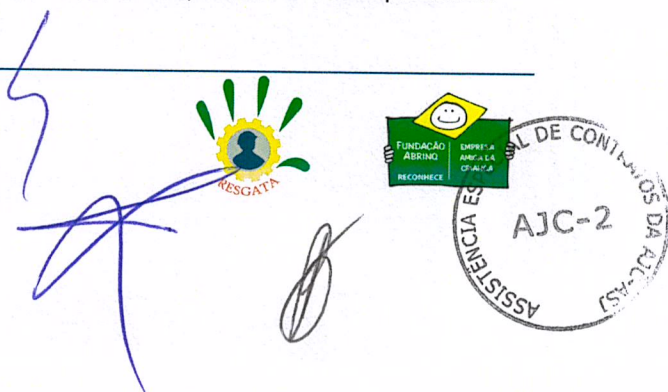
5. PRAZO DE ENTREGA DO BEM OU DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

O prazo de vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias, improrrogáveis, contados a partir do dia da autorização expressa expedida pela CEDAE (Ordem de Início), sendo que as obrigações dele decorrentes, ainda remanescentes, só se extinguirão efetivamente com o arquivamento definitivo de todos os processos patrocinados pelos Escritórios, exceto nos casos de extinção do contrato.

Os processos que tenham sido encaminhados ao arquivo definitivo, ou seja, que tenham sido encerrados, deverão ser excluídos da cobrança mensal por parte dos escritórios contratados a partir da data que determina a remessa ao arquivo definitivo. Na hipótese de ter havido cobrança e pagamento após o encaminhamento ao arquivo, deverá ser feita a restituição dos respectivos valores pelos escritórios.

6- LOCAL DE EXECUÇÃO OU ENTREGA DO BEM:

Os serviços serão executados em estrutura física (escritório) na Cidade do Rio de Janeiro, de forma a possibilitar o comparecimento dos advogados em audiências, sessões de julgamento e reuniões, bem como para a prática de quaisquer atos necessários ao fiel cumprimento do contrato, devendo a equipe técnica de advogados indicada e a respectiva equipe de apoio do escritório prestarem os serviços no referido espaço físico.



7- CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO.

Caberá aceitação definitiva conforme Ordem de Serviço "E" nº 14.693 de 23 de maio de 2017.

8 - FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pela prestação dos serviços a CEDAE pagará mensalmente ao Contratado um valor total certo e ajustado por processo entregue ao seu patrocínio. Os montantes mensais devidos ao Contratado equivalerão à multiplicação do valor unitário pelo número de processos patrocinados no mês, conforme cronograma abaixo:

CRONOGRAMA FINANCEIRO - 180 (cento e oitenta) dias - VALOR UNITÁRIO - R\$ 57,62 POR PROCESSO / MÊS

Escritório 01

	R\$					
Descrição/Valores	dez/17	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18
Honorários	617.513,54	626.732,74	635.951,94	645.171,14	654.390,34	663.609,54
	Total					3.843.369,24

CRONOGRAMA FÍSICO

Descrição/Valores	dez/17	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18
Total	10.717	10.877	11.037	11.197	11.357	11.517
Estimativa de novos processos	160	160	160	160	160	160
Processos em curso	10.557	10.717	10.877	11.037	11.197	11.357

Serão ressarcidas as despesas de transporte, viagem e hospedagem, **fora** do Estado do Rio de Janeiro, que, caso necessárias, deverão ser previamente aprovadas pela CEDAE, em formulário próprio.

Qualquer despesa feita sem autorização prévia e expressa da CEDAE não será ressarcida.

O CONTRATADO deverá informar, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, as despesas necessárias ao pagamento de taxas, custas judiciais e depósitos recursais relativos aos processos por ele patrocinados.

A solicitação deverá ser encaminhada a CEDAE, através de sua Assessoria Jurídica, que providenciará o recolhimento devido e a devolução do comprovante ao CONTRATADO em prazo hábil para a prática do ato processual.

Não havendo comunicação das despesas no prazo supra referido, o CONTRATADO se obrigará ao seu pagamento com recursos próprios, que serão reembolsados pela CEDAE, no prazo



máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do pedido de reembolso acompanhado da cópia das respectivas despesas realizadas.

9- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Conduzir os serviços de acordo com as normas e com estrita observância ao Termo de Referência, e seus anexos, da Proposta de Preços e da legislação vigente;

Prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, devidamente aprovado pela CEDAE, mantendo no local dos serviços, preposto para prover o que disser respeito à regular execução dos serviços;

Possuir estrutura física (escritório) na Cidade do Rio de Janeiro, de forma a possibilitar o comparecimento dos advogados em audiências, sessões de julgamento e reuniões, bem como para a prática de quaisquer atos necessários ao fiel cumprimento do contrato, devendo a equipe técnica de advogados indicada na fase de qualificação técnica e a respectiva equipe de apoio do escritório prestarem os serviços no referido espaço físico;

Prestar, sem quaisquer ônus para a CEDAE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ela imputáveis;

Responder pelos serviços que executar, na forma do contrato e da legislação aplicável;

Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;

Articular-se, no primeiro mês do contrato, quando for o caso, com o anterior prestador de serviços, objetivando a transferência dos processos em curso, de forma a haver continuidade da prestação de serviços;

Não divulgar nem fornecer a terceiros dados ou informações referentes aos serviços executados para a CEDAE, salvo com autorização expressa e por escrito do mesmo;

Solicitar à CEDAE, em prazo hábil e por escrito, as providências que dependam de sua atuação, relativas aos processos em curso;

Responsabilizar-se pelo recolhimento de todos os tributos incidentes sobre o objeto do presente contrato;

Designar, para a condução de cada processo, pelo menos um dos integrantes da equipe técnica indicada para a execução dos serviços;

Somente atender às recomendações de natureza técnica ou geral emanadas da CEDAE;

Não patrocinar causas que tenham como interessadas partes que estejam em litígio com a CEDAE;



Empregar o necessário zelo, correção, celeridade e exaço no trato de qualquer interesse da CEDAE, sob seus cuidados profissionais;

Apresentar, até o dia 10 (dez) de cada mês, relatório de acompanhamento dos processos entregues ao seu patrocínio, contendo os dados considerados na Resolução PGE nº 1.965/04, anexando a este relatório cópia das principais peças acostadas aos autos pelas partes, quando for o caso;

Disponibilizar o relatório aludido no item anterior por meio de impressos, mídias, e-mail ou através de qualquer outro meio informatizado, conforme solicitado pela CEDAE;

Independentemente do relatório solicitado, a CEDAE poderá solicitar a apresentação de relatório(s) circunstanciado(s) e/ou de contingência do(s) processo(s), em trâmite ou já encerrado(s), bem como nota(s) técnicas(s) com juízo de valor, relativamente às causas sob seu patrocínio, na forma que indicar e no prazo que fixar;

Informar no recebimento da causa e sempre que solicitado, previsão do valor que montará uma eventual condenação total e estimativa de risco dentro do parâmetro: remoto, possível, provável;

Fornecer as informações processuais e manter o sistema de dados / gerenciamento processual atualizados;

Responder, juntamente com os seus sócios e integrantes não-sócios, solidária e ilimitadamente, pelos danos causados à CEDAE por ação ou omissão no exercício da advocacia, sem prejuízo de outras responsabilidades legais;

Utilizar todos os recursos, ações, requerimentos e impugnações admitidos em direito como meio de defesa e garantia dos direitos da CEDAE, somente eximindo-se desta responsabilidade caso a CEDAE autorize por escrito a não utilização de um destes instrumentos;

Cumprir fielmente o contrato, de forma que os serviços avençados sejam realizados com esmero e perfeição;

Executar todos os serviços propostos, assumindo inteira responsabilidade pela execução dos mesmos;

Fornecer todo e qualquer material necessário à execução dos serviços contratados;

Assumir inteira responsabilidade cível e administrativa por quaisquer danos e prejuízos oriundos de omissões ou atos praticados por seus empregados e prepostos, durante a execução do contrato;

Fornecer a qualquer tempo, quando solicitado pela CEDAE, todas as informações relativas aos processos sob seu patrocínio, sem prejuízo do disposto nos relatórios;

Arcar com todos os custos relacionados com o seu pessoal, necessários à perfeita execução dos serviços, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos devidos bem como os encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, seguros e quaisquer outros não mencionados;

Solicitar à CEDAE, por intermédio do Gestor do Contrato, autorização expressa e prévia, por escrito, para a celebração de acordos, desistência de feitos, renúncia ou desistência de recursos bem como quaisquer decisões que possam dar termo ao processo;



Propor, no prazo de até 10 (dez) dias contados do recebimento da documentação pertinente, as ações judiciais solicitadas pela CEDAE, salvo manifestação expressa da CEDAE em sentido contrário, e exceto nos casos em que esteja na iminência de ocorrer prescrição, decadência ou perda de outro direito ou benefício, hipóteses em que tais ações deverão ser propostas imediatamente.

O Escritório Contratado deverá conduzir os serviços de acordo com as normas e com estrita observância do Termo de Referência e ANS.

O Escritório Contratado deverá prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, devidamente aprovado pela CEDAE.

Será obrigação do CONTRATADO manter, durante toda a execução do CONTRATO, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, conforme Art. 69, inciso IX da Lei 13.303/2016, ressaltando-se, ainda, que, com relação à equipe indicada, na hipótese de desligamento de qualquer dos seus membros, este deverá ser substituído por outro profissional de igual ou superior qualificação técnica, com a respectiva aprovação da Contratante.

O CONTRATADO deverá prestar, sem quaisquer ônus para a CEDAE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ela imputáveis;

O CONTRATADO deverá responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável.

Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;

Cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento na forma da cláusula oitava.

10 -ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO

Visando medir a qualidade e eficácia dos serviços prestados, é estabelecido o presente Acordo de Nível de Serviços - ANS, que define as condições essenciais para a execução do objeto contratado e a forma pela qual ele será medido, controlado e acompanhado pela CEDAE durante o período de 180 (cento e oitenta) dias do contrato.

O contrato a ser celebrado entre a CEDAE e os escritórios de advocacia conterá o denominado "Acordo de Nível de Serviço" - ANS, que será parte integrante do presente Termo de Referência.

O Acordo de Nível de Serviço será definido como um pacto firmado entre contratante e Contratado, por meio do qual serão estabelecidas metas de nível de serviço, além das responsabilidades das partes envolvidas.



O ANS mostra-se uma importante ferramenta de gestão do contrato, imprimindo maior dinamismo na responsabilização dos escritórios de advocacia por eventuais infrações contratuais, refletindo em uma prestação de serviços mais eficiente.



ANEXO II

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS – ANS

Visando medir a qualidade e eficácia dos serviços prestados, é estabelecido o presente Acordo de Nível de Serviços - ANS, que define as condições essenciais para a execução do objeto contratado e a forma pela qual ele será medido, controlado e acompanhado pela CEDAE durante o período de 180 (cento e oitenta) dias do contrato.

1 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O contrato a ser celebrado entre a CEDAE e os escritórios de advocacia conterà o denominado “Acordo de Nível de Serviço” – ANS, que será parte integrante do presente Termo de Referência.

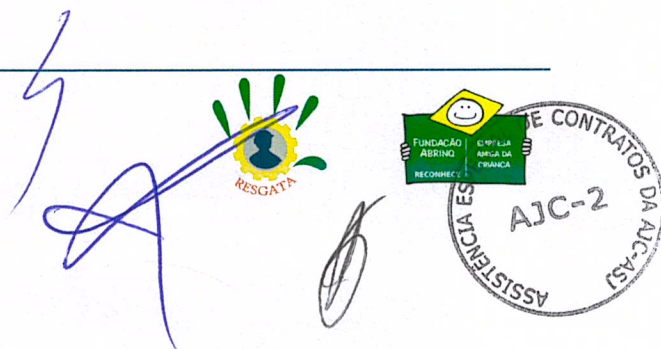
O Acordo de Nível de Serviço será definido como um pacto firmado entre contratante e contratado, por meio do qual serão estabelecidas metas de nível de serviço, além das responsabilidades das partes envolvidas. O Acordo de Nível de Serviço – ANS não afasta a aplicação de sanções e responsabilidades ao Contratado.

2 – DO ESCOPO DO SERVIÇO

2.1 - Descrição do Serviço:

Prestação de serviços técnicos de advocacia para o patrocínio, sem exclusividade, de processos judiciais de natureza cível em trâmite nas Varas de Fazenda Pública, Varas Cíveis, Varas Empresariais da Justiça Estadual, bem como as da Justiça Federal, até o final da execução, em ações principais, acessórias, preventivas ou incidentais, bem como de outras ações ou medidas judiciais que eventualmente venham a ser ajuizadas em face da CEDAE ou que necessitem ser ajuizadas em seu favor e, ainda, de todas as medidas administrativas perante o Poder Judiciário que se façam necessárias dentro do período da contratação, a ser feita no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

2.2 - Objetivos:



O ANS mostra-se uma importante ferramenta de gestão do contrato, imprimindo maior dinamismo na responsabilização dos escritórios de advocacia por eventuais infrações contratuais, refletindo em uma prestação de serviços mais eficiente.

A medição da qualidade dos serviços prestados pelo Contratado será feita por meio de sistema de pontuação, cujo resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado;

As situações abrangidas pelo Acordo de Nível de Serviços – ANS se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando o Contratado das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas.

O objetivo a ser atingido é a prestação do serviço com maior eficiência e melhor atendimento aos colaboradores da CEDAE, em suas solicitações diárias, bem como melhor atendimento às indicações realizadas pela equipe do jurídico interno da Cia. na condução dos processos.

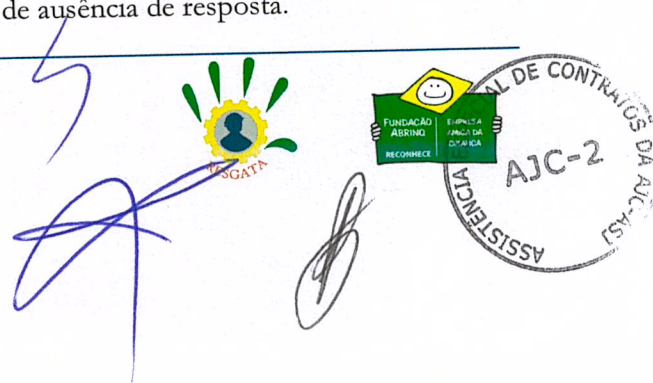
2.3 - Análise de Desempenho do Serviço (Relatórios):

A CEDAE objetiva contratação de serviços técnicos de advocacia para o patrocínio, sem exclusividade, de processos judiciais de natureza cível em trâmite nas Varas de Fazenda Pública, Varas Cíveis, Varas Empresariais da Justiça Estadual, bem como as da Justiça Federal, até o final da execução, em ações principais, acessórias, preventivas ou incidentais, bem como de outras ações ou medidas judiciais que eventualmente venham a ser ajuizadas em face da CEDAE ou que necessitem ser ajuizadas em seu favor e, ainda, de todas as medidas administrativas perante o Poder Judiciário que se façam necessárias dentro do período da contratação.

Considerando que a prestação do serviço envolve cumprimento de prazos, dentre outras obrigações, a fiscalização será diária, com geração de relatórios mensais, que serão fornecidos a contratada mediante sua solicitação.

As medições serão realizadas através de análise de planilha contendo o quantitativo dos processos judiciais sob o patrocínio da contratada, com seu ultimo andamento, devidamente conferido pela comissão de fiscalização, nomeada pelo Presidente da companhia.

Observado o cumprimento regular do serviço, a CEDAE enviará notificação quanto à existência de irregularidades na execução do contrato através de correspondência ou por correio eletrônico em endereço a ser fornecido pelo CONTRATADO quando do início da execução do contrato, presumindo-se a ciência no caso de ausência de resposta.



Em até cinco dias úteis anteriores ao pagamento da fatura mensal, o Fiscal do Contrato informará ao Contratado o resultado da avaliação mensal do serviço.

2.4 - Comunicação:

As comunicações entre a contratada e a CEDAE poderão ser realizadas através dos e-mails fabiopaz@cedae.com.br, rafael-lima@cedae.com.br, carolina-martins@cedae.com.br e liviabittencort@cedae.com.br, bem como através de protocolos realizados na sede da contratante, situada na Avenida Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, Rio de Janeiro-RJ. A contratada deverá fornecer idênticos meios de contato à contratante, isto é, através de e-mail, telefone de contato ou, ainda, por via presencial.

3. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATADO

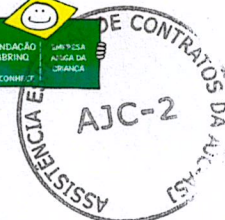
3.1) Da fiscalização do contrato

Os Fiscais do Contrato designados pela Contratante acompanharão a execução dos serviços prestados, atuando junto à equipe técnica indicada pelo Contratado.

Verificando a existência de irregularidades na prestação dos serviços, a Comissão de Fiscalização notificará o Contratado para que este solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos o prazo de 3 (três) dias corridos.

A notificação quanto à existência de irregularidades na execução do contrato poderá ser enviada pela Contratante por meio físico ou por correio eletrônico em endereço eletrônico a ser fornecido pelo CONTRATADO quando do início da execução do contrato, presumindo-se a ciência no caso de ausência de resposta.

A notificação será enviada ao preposto do Contratado, ou por meio eletrônico na forma indicada no item acima o qual, constatando a ocorrência, deverá atestar de pronto seu “recebimento”, observada a presunção de ciência acima referida.



O Contratado poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela CEDAE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador de serviço, nos termos da manifestação da comissão de fiscalização.

Em até cinco dias úteis anteriores ao pagamento da fatura mensal, o Fiscal do Contrato informará ao Contratado o resultado da avaliação mensal do serviço.

Constatada a infração cometida pelo Contratado, não sendo acolhidas as razões de esclarecimento prestadas à CEDAE, a Comissão de Fiscalização indicará o desconto da fatura mensal a ser implementado, na forma abaixo (?) indicada.

O Fiscal do Contrato, ao receber do Contratado as faturas mensais para ateste, informará à Gerência Financeira sobre a dedução referente à infração verificada e já notificada ao Contratado.

O Fiscal do Contrato juntará à fatura os termos de notificação produzidos no período e os encaminhará para pagamento.

3.2) Dos indicadores do nível do serviço prestado

O sistema de pontuação destina-se a definir os graus de pontuação para cada tipo de ocorrência.

As ocorrências são dispostas em três níveis de graduação, atribuindo-se a cada nível uma pontuação determinada, conforme tabela abaixo:

Tipo	Ocorrência	Valoração
	1. Deixar de enviar relatório mensal de resultado de julgamentos de feitos em todas as instâncias; 2. Ausência de informação prévia acerca de diligência a ser acompanhada por funcionário da companhia; 3. Deixar de enviar relatório anual consolidado de	



Brandas	<p>atividades do escritório;</p> <p>4. Ausência de envio de relatório de audiências em, no máximo, 48h após o ato processual, inclusive informando sobre a ausência de preposto;</p> <p>5. Ausência de envio semanal de pauta de audiências e julgamentos, com a discriminação dos respectivos objetos.</p> <p>6. Deixar de encaminhar cópias e / ou informações solicitadas pela equipe interna, no prazo de até 48h;</p> <p>10. Deixar de dar baixa em processo "arquivado" ou "baixado" junto ao Sistema Gerenciador de Processos Judiciais e/ou no relatório de contingência;</p> <p>11. Deixar de informar a existência de depósitos judiciais;</p> <p>12. Deixa de informar a fixação de multas ou a majoração destas;</p>	01 Ponto
Tipo	Ocorrência	Valoração
Moderadas	<p>1. Ausência de entrega do relatório de contingência corretamente elaborado em consonância com as regras estabelecidas pela companhia, no prazo estipulado;</p> <p>2. Ausência de registro de compromisso, inclusão de decisões e respectivas providências para cada andamento incluído no sistema de gerenciamento de processos adotado pela companhia, em, no máximo, 48h após a publicação no diário oficial, bem como dar ciência ao advogado responsável;</p> <p>3. Ausência de solicitação de recolhimento de custas em 4 dias de antecedência do prazo;</p> <p>4. Ausência de pedido de dispensa para a distribuição de</p>	



	<p>memoriais e realização de sustentação oral, bem como interposição de recursos;</p> <p>5. Preenchimento incorreto ou incompleto de guias de depósito judicial, recolhimento de custas e pagamentos em execução, inclusive com indicação de contas de titularidade da CEDAE;</p> <p>6. Ausência de envio mensal de relatórios de mandados de pagamento expedidos em favor da companhia, com as respectivas cópias;</p> <p>7. Solicitar dilação de prazo sem orientação do advogado responsável;</p> <p>8. Deixar de observar orientações para a elaboração de defesa;</p>	02 Pontos
Graves	<p>1. Perda de prazo ou apresentação de defesa insubsistente;</p> <p>2. Ausência de advogado para a realização de audiências;</p> <p>3. Ausência de entrega de memoriais e sustentação oral em processos para os quais haja determinação da assessoria jurídica cível da companhia.</p> <p>4. Deixar de observar o prazo para encaminhamento de relatório de faturamento padronizado pela Comissão de Fiscalização do Contrato.</p> <p>5. Não encaminhamento de minutas de peças processuais para revisão pelo advogado interno, quando solicitado pela assessoria jurídica cível da companhia.</p>	03 Pontos

4) Da faixa de ajuste no pagamento:

4.1. A depender da pontuação acumulada pelo Contratado ao longo do mês em faturamento, serão realizados descontos na fatura mensal devida pela CEDAE, escalonando-se os percentuais de dedução conforme quadro abaixo:

Pontuação	Ajuste
-----------	--------

Av. Pres. Vargas, 2655. Cidade Nova. Rio de Janeiro. CEP 20.210-030
www.cedae.com.br



01 ponto	Desconto de 0,5% sobre o valor total da fatura mensal
02 pontos	Desconto de 2% sobre o valor total da fatura mensal
03 pontos	Desconto de 5% sobre o valor total da fatura mensal
04 pontos	Desconto de 8% sobre o valor total da fatura mensal
05 pontos	Desconto de 10% sobre o valor total da fatura mensal
06 pontos	Desconto de 12% sobre o valor total da fatura mensal
07 pontos	Desconto de 15% sobre o valor total da fatura mensal
08 pontos	Desconto de 18% sobre o valor total da fatura mensal
09 pontos	Desconto de 20% sobre o valor total da fatura mensal

Em caso de não acolhimento das razões do Contratado, apresentada à Comissão de Fiscalização na forma do item 3.1, o desconto na fatura será realizado na forma da tabela acima, em decisão irrecorrível.

73221E-04/09/01/003272/2016	CLINICA VETLAND LTDA
73222E-04/09/01/001127/2017	IVO REPRESENTACOES S/C LTDA
73223E-04/04/00/000092/2017	VIA VARIEJO S/A
73224E-04/04/00/001281/2015	CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
73225E-04/08/00/000201/2017	CR MIX CONCRETAGEM E SERVICOS DE CONSTRUCAO CIVIL LTDA ME
73226E-04/04/00/000114/2018	INBRANDS S A
73227E-04/18/01/1998	METAL FORTY S A CONSERVAS ALIMENTICIAS
73228E-04/03/09/000406/2015	DANFOSS DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
73229E-04/04/06/101422/2018	MINALBA ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA
73230E-04/02/09/001233/2017	RECHEIO FRUTAS E LEGUMES LTDA
73231E-04/02/02/002962/2016	IRMAOS TREVISAN SA INDUSTRIA COMERCIO E AGRICULTURA
73232E-04/03/04/004978/2015	CNOVA COMERCIO ELETRONICO S A
73233E-04/03/04/003161/2015	CNOVA COMERCIO ELETRONICO S A
73234E-04/02/04/000120/2011	C R R GABRIEL
73235E-04/04/05/003870/2018	M G TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA
73236E-04/04/04/100001/2018	SPAL INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A
73237E-04/03/07/100044/2018	FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S A
73238E-04/03/07/100045/2018	FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S A
73239E-04/03/07/000794/2016	COMPANHIA ACUCAREIRA PARAISO
73240E-04/03/04/104611/2018	CERVEJARIA PETROPOLIS S/A
73241E-04/03/04/104609/2018	CERVEJARIA PETROPOLIS S/A
73242E-04/03/04/104607/2018	CERVEJARIA PETROPOLIS S/A
73243E-04/03/08/100127/2018	COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL
73244E-04/03/08/100126/2018	COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL
73245E-04/03/03/00253/2017	RODOPETRO DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA
73246E-04/02/05/000000/2017	BEACH GEAR IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
73247E-04/04/06/101741/2018	A. L. DE ALMEIDA NOGUEIRA TRANSPORTES
73250E-04/03/04/003490/2018	HOSPINOVA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
73251E-04/03/04/102769/2018	ATLAS DE IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
73252E-04/07/09/001666/2015	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA

Id: 2159222

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISOS

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIORPREVIDÊNCIA torna pública que a licitação na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 19/2012 referente ao processo administrativo nº E-01/038/776/2012, cujo objeto é a Alienação do imóvel sito na Rua Paçanha da Silva, nº 519-A - Engenho Novo - Rio de Janeiro - RJ, foi declarada DESERTA.

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIORPREVIDÊNCIA torna pública que a licitação na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2018 referente ao processo administrativo nº E-01/008/131/2014, cujo objeto é a Alienação do imóvel sito na Avenida Marechal Floriano, nº 163 e 165 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, foi declarada DESERTA.

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIORPREVIDÊNCIA torna pública que a licitação na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2018 referente ao processo administrativo nº E-01/060/205/2015, cujo objeto é a Alienação do imóvel sito na Rua Joaquim Meier, nº 170 - Meier - Rio de Janeiro - RJ, foi declarada DESERTA.

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIORPREVIDÊNCIA torna pública que a licitação na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2018 referente ao processo administrativo nº E-01/060/205/2015, cujo objeto é a Alienação do imóvel sito na Rua Visconde do Rio Branco, nº 15 e 17 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, foi declarada DESERTA.

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIORPREVIDÊNCIA torna pública que a licitação na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11/2018 referente ao processo administrativo nº E-01/060/105/2015, cujo objeto é a Alienação do imóvel sito na Rua Sete de Setembro, nº 174 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, foi declarada DESERTA.

Id: 2159232

Secretaria de Estado de Desenvolvimento
Econômico e Geração de Emprego e Renda

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDA Nº 172/2018 (DP).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE - e o escritório de advocacia DANNEMANN, SIEMSEN ADVOGADOS.

OBJETO: "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADVOCACIA NA ÁREA CIVIL".
PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias.
VALOR: R\$ 3.577.164,84 (três milhões, quinhentos e setenta e sete mil cento e sessenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos).

DATA DE ASSINATURA: 03/12/2018.

FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.857/2018 (DL nº 008/2018 - DP).

*Omitido no D.O. de 04/12/2018.

Id: 2159305

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDA Nº 171/2018 (DP).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE - e o escritório de advocacia TAUNAY E ROCHA ADVOGADOS.

OBJETO: "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADVOCACIA NA ÁREA CIVIL".
PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias.
VALOR: R\$ 3.843.369,24 (três milhões, oitocentos e quarenta e três mil trezentos e sessenta e nove reais e vinte e quatro centavos).

DATA DE ASSINATURA: 03/12/2018.

FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.857/2018 (DL nº 007/2018 - DP).

*Omitido no D.O. de 04/12/2018.

Id: 2159306

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Cooperação Técnica.
PARTES: O MUNICÍPIO DE GUAPIRIMIM, O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA e a COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE.

OBJETO: Estabelecimento de ações que visem à normalização do abastecimento de água no Município de Guapimirim, bem como a melhoria da qualidade da água distribuída, no âmbito do município.

PRAZO: 06 (seis) meses.

DATA DE ASSINATURA: 23/01/2019.

FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.039/2019.

Id: 2159483

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Termo Aditivo nº 03 ao Contrato 003/2018. PARTES: Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro e a Empresa MCR Manutenção Construção e Reformas Eirelli. ASSINATURA: 05/12/2018. OBJETO: Corrigir a variação entre os valores de serviços da proposta EMOP e a proposta do licitante vencedor; prorrogar o prazo de execução do contrato; formalizar o 1º Termo Aditivo de Serviços; formalizar a correção de preços unitários constantes da 1ª, 2ª e 3ª modificação de quantidades, conforme demonstrado em planilhas e ainda corrigir a cláusula segunda do contrato sobre os percentuais de aplicação do BDI indicando 25% para BDI de itens considerados padrão e 22% para itens considerados diferenciados, conforme termos da proposta do licitante vencedor (anexo F) do Edital, para execução das obras de reforma geral do prédio principal com aumento de carga elétrica no C.E. Doutor Tiers Cardoso, no Município de Campos dos Goytacazes. VALOR: R\$ 1.351.192,29. FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-17/002/000.254/2018.

Id: 2159189

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS
EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Termo Aditivo nº 01 ao Contrato nº 008/2017. PARTES: Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro - EMOP e Empresa MCR - Manutenção, Construção e Reformas Ltda. DATA DA ASSINATURA: 12/03/2018. OBJETO: Formalizar modificações de quantidades inicialmente contratadas e prorrogação de prazo do contrato acima mencionado, referente à execução de reparos "Preservando as Unidades de Saúde da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, localizadas em diversos Municípios do Estado do Rio de Janeiro. VALOR: sem alteração do valor do contrato. FUNDAMENTO: Processo nº E-17/002/000.155/2017.

*Omitido no D.O. de 25/10/2018.

Id: 2159333

Secretaria de Estado de Polícia Militar

AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 087/2018 PMERJ.

TIPO: Menor Preço Global.

OBJETO: Omissão de gêneros alimentícios do tipo carnes a fim de atender as necessidades das diversas unidades possuidoras de rancho da PMERJ.

REALIZAÇÃO: 11/02/2019, às 10:00 horas.

VALOR TOTAL ESTIMADO R\$ 18.213.242,47 (dezoito milhões, duzentos e treze mil duzentos e quarenta e dois reais e quarenta e sete centavos).

LOCAL: www.compras.rj.gov.br.

PROCESSO Nº E-09/094/100407/2018.

O Edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, podendo, alternativamente, ser adquirida via impressa mediante apresentação de mídia gravável na Rua Evaristo da Veiga, nº 78, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 20.031-040.

Id: 2159397

Secretaria de Estado de
Defesa Civil e Corpo de Bombeiros Militar

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATOS DE TERMOS

INSTRUMENTO: Termo de Contrato nº 92/2018.

PARTES: Estado do Rio de Janeiro, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro e a Empresa SOMAR RIO DISTRIBUIDORA LTDA-EPP.

OBJETO: Aquisição de Material de Limpeza (Item 02), utilizados nas viaturas que realizam o Atendimento Pré-Hospitalar.

VALOR TOTAL: valor total de R\$ 3.268,50 (três mil duzentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos).

PRAZO: 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no D.O.

DATA DA ASSINATURA: 08/01/2019.

GESTOR TÉCNICO OPERACIONAL: Cap BM QOS/Farm/08 Eduardo Pombo do Nascimento, RG 41708.

MEMBROS: Subten BM Q11/Tem/00 Luis Sergio Nunes dos Santos, RG 26831; Subten BM Q11/Tem/00 Evandro de Souza Rodrigues, R 18638.

MEMBRO SUBSTITUTO: Subten BM Q11/Tem/98 Marcus Mercês Dantas, RG 24088.

FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-27/132/112/2018.

INSTRUMENTO: Termo de Contrato nº 93/2018.

PARTES: Estado do Rio de Janeiro, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro e a Empresa M. B MARTINS AGROPECUÁRIA-EPP.

OBJETO: Aquisição de Material de Limpeza (Item 02), utilizados nas viaturas que realizam o Atendimento Pré-Hospitalar.

VALOR TOTAL: valor total de R\$ 3.268,50 (três mil duzentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos).

PRAZO: 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no D.O.

DATA DA ASSINATURA: 08/01/2019.

GESTOR TÉCNICO OPERACIONAL: Cap BM QOS/Farm/08 Eduardo Pombo do Nascimento, RG 41708.

MEMBROS: Subten BM Q11/Tem/00 Luis Sergio Nunes dos Santos, RG 26831; Subten BM Q11/Tem/00 Evandro de Souza Rodrigues, R 18638.

MEMBRO SUBSTITUTO: Subten BM Q11/Tem/98 Marcus Mercês Dantas, RG 24088.

FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-27/132/112/2018.

INSTRUMENTO: Termo de Contrato nº 93/2018.

PARTES: Estado do Rio de Janeiro, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro e a Empresa M. B MARTINS AGROPECUÁRIA-EPP.

OBJETO: Aquisição de Material de Limpeza (Itens 01, 03 e 04), utilizados nas viaturas que realizam o Atendimento Pré-Hospitalar.

VALOR TOTAL: valor total de R\$ 36.145,50 (trinta e seis mil cento e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos).

PRAZO: 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no D.O.

DATA DA ASSINATURA: 08/01/2019.

GESTOR TÉCNICO OPERACIONAL: Cap BM QOS/Farm/08 Eduardo Pombo do Nascimento, RG 41708.

MEMBROS: Subten BM Q11/Tem/00 Luis Sergio Nunes dos Santos, RG 26831; Subten BM Q11/Tem/00 Evandro de Souza Rodrigues, R 18638.

MEMBRO SUBSTITUTO: Subten BM Q11/Tem/98 Marcus Mercês Dantas, RG 24088.

FUNDAMENTO: PROCESSOS Nº E-27/132/112/2018.

INSTRUMENTO: Termo de Contrato nº 01/2019.

PARTES: Estado do Rio de Janeiro, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro e a Empresa UNISUL COMÉRCIO EIRELLI ME.

OBJETO: Aquisição de Uniforme para Guarda-Vidas.

VALOR TOTAL: R\$ 452.525,05 (quatrocentos e cinquenta e dois mil quinhentos vinte e cinco reais e cinco centavos).

PRAZO: 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no D.O.

DATA DA ASSINATURA: 08/01/2019.

GESTOR TÉCNICO OPERACIONAL: Maj BM QOC/02 Rodrigo de Oliveira Silva, RG 31241.

MEMBROS: 1º Sgt BM Q10/02 Renan Labre, RG 31440; 1º Sgt BM Q10/97 Edson Ferreira de Moraes, RG 21205.

MEMBRO SUBSTITUTO: 2º Sgt BM Q10/02 Marcelo Ribeiro Siqueira, RG 31452.

FUNDAMENTO: PROCESSOS Nº E-27/042/10036/2018.

INSTRUMENTO: Termo de Contrato nº 05/2019.

PARTES: Estado do Rio de Janeiro, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro e a Empresa INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL-ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-IPN-LTDA-ME.

OBJETO: Prestação de serviço de consulta por um período de 12 (doze) meses à ferramenta denominada "Contratos Gov".

VALOR TOTAL: R\$ 7.990,00 (sete mil novecentos e noventa reais).

DATA DA ASSINATURA: 16/01/2019.

PRAZO: 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no D.O.

GESTOR TÉCNICO OPERACIONAL: Ten-Cel BM QOC/97 WALTER NENO ROSA NETO, RG 19793.

MEMBROS: Ten-Cel BM QOC/02 FABRICIO NISHIO, RG 31350; Maj BM QOC/02 SIDNEI PINTO DIAS JUNIOR, RG 19143.

MEMBRO SUBSTITUTO: Cap BM QOA/97 JOCELINE ALVES DE LACERDA, RG 19957.

FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-27/132/205/2018.

Id: 2159179

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Contrato nº 40/2018.

PARTES: Estado do Rio de Janeiro, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, e a Empresa GRIDLAB SISTEMAS E SERVIÇOS LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA DE ALERTA E ALARME.

VALOR TOTAL: R\$ 2.521.201,00 (dois milhões, quinhentos e vinte e um mil e duzentos e um reais).

DATA DA ASSINATURA: 16/01/2019.

PRAZO: 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no D.O.

GESTOR TÉCNICO OPERACIONAL: Ten Cel BM QOC/00 RODRIGO WERNER DA SILVA, RG: 26486.

MEMBROS: Ten Cel BM QOC/01 SILVIA SANTANA DO AMARAL, RG: 29012; Maj BM QOC/02 SIMON ALEXANDER ANDRADE DA COSTA, RG 31274.

MEMBRO SUBSTITUTO: Maj BM QOS/Den/00 ROBSON LUIS DO NASCIMENTO, RG 28520.

FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-27/132/74/2016.

Id: 2159152

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

INSTRUMENTO: 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 57/2015.

PARTES: Estado do Rio de Janeiro, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, e a Empresa MAG RIO COMÉRCIO, MONTAGENS E MANUTENÇÃO DE VIATURAS LTDA, REPRESENTANTE EXCLUSIVA DO FABRICANTE MAGIRUS GMBH.

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência do contrato, previsto na cláusula segunda por mais 12 (doze) meses; Reajustar o valor em aproximadamente 8,2624% (oito virgula dois mil seiscentos e vinte e quatro por cento), conforme proposta comercial da contratada, tomando por base o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) acumulado, conforme descrito na Cláusula Nona Parágrafo Oitavo do contrato original.

VIGÊNCIA: A contar de 04/01/2019.

VALOR: O valor total do contrato fica alterado para R\$ 2.605.525,33 (dois milhões, seiscentos e cinco mil quinhentos e vinte e cinco reais e trinta e três centavos).

DATA DA ASSINATURA: 02/01/2019.

FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-27/128/100576/2018.

INSTRUMENTO: 7º Termo Aditivo ao Contrato nº 76/2014.

PARTES: Estado do Rio de Janeiro, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, e a Empresa LIDER TAXI AEREO S/A AIR BRASIL.

OBJETO: Reduzir em 25% (vinte e cinco por cento) o valor do item denominado discrepâncias, o que representa 1,87% (um vírgula oitenta e sete por cento) sobre o valor total do contrato; Formalizar a alteração da razão social da empresa LIDER SIGNATURA S/A para LIDER S/A AIR BRASIL.

VALOR: Reduzir em 2,09% (dois vírgula zero nove por cento) conforme IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo; Acrescer em 20% (vinte por cento) o valor total do contrato devido a aquisição de 01 (uma) aeronave pela instituição; Prorrogar o prazo de vigência do contrato, previsto na cláusula segunda por mais 12 (doze) meses.

VIGÊNCIA: A contar de 06/01/2019.

VALOR: O valor total do contrato fica alterado para R\$ 3.922.769,59 (três milhões, novecentos e vinte e dois mil setecentos e sessenta e nove reais e cinquenta e nove centavos).

DATA DA ASSINATURA: 03/01/2019.

FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-27/128/100577/2018.

Id: 2159177

Secretaria de Estado de Educação

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato SEEDUC nº 14/2019.

DATA DA ASSINATURA: 23/01/2019.

PRAZO: 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do extrato no Diário Oficial.

PARTES: O Estado do Rio de Janeiro, através da SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO (SEEDUC), e a empresa PARIS CAR 551 COMÉRCIO E SERVIÇOS AUTOMOTORES LTDA.

VALOR: R\$ 628.906,40 (seiscentos e vinte e seis mil novecentos e seis reais e quarenta centavos).

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Locação de Veículos de Serviços e Veículos Utilitários, a ser prestado junto à Secretaria de Estado de Educação - SEEDUC, em conformidade com a descrição contida no Termo de Referência, na Tabela de Demandas por Tipo de Serviço (Anexo A) e na Planilha de Custos (Anexo B), partes integrantes deste Contrato, nos quantitativos especificados. O objeto será executado segundo regime de execução de empreitada por preço unitário.